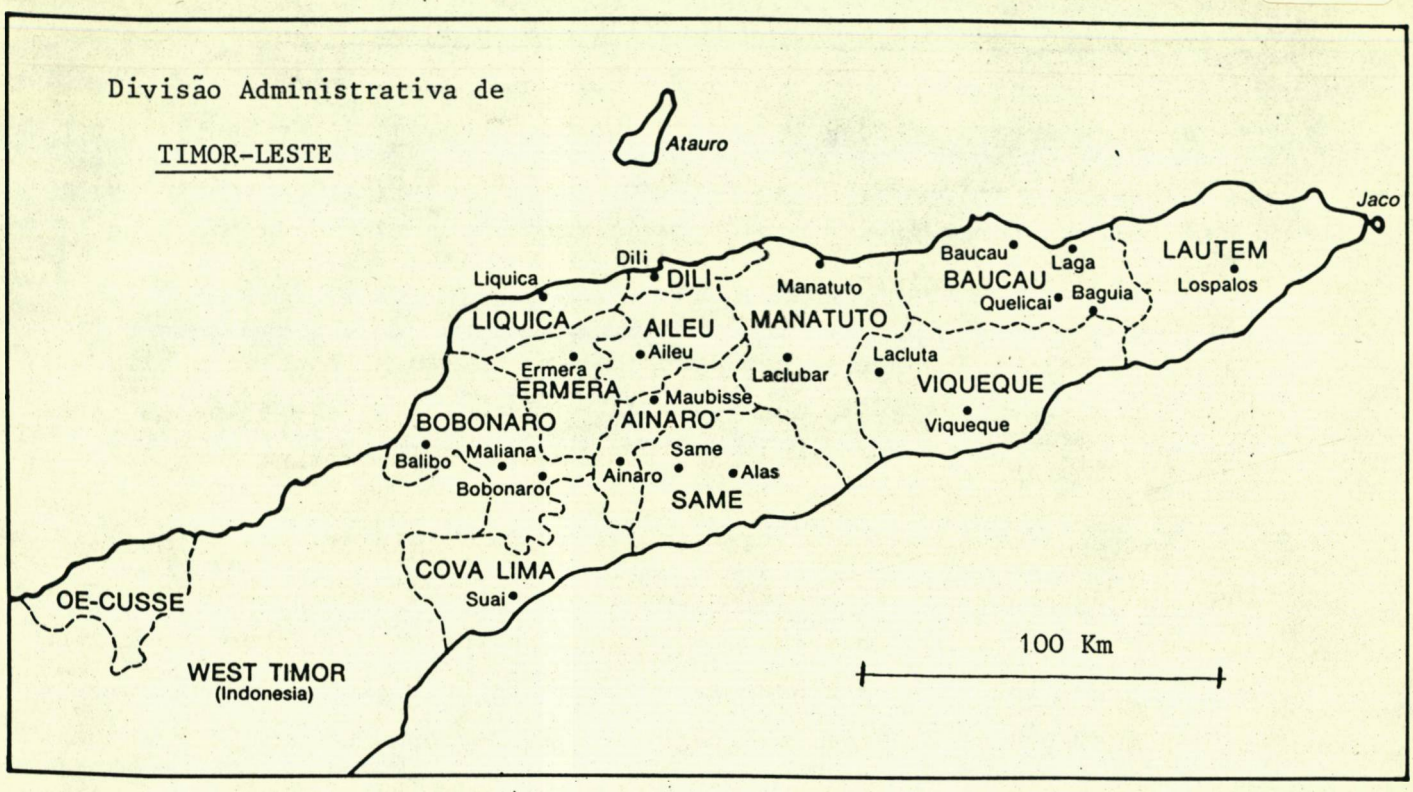
CIDAC
Centro de Documenta
TL3304



T I M O R - L E S T E

O I T O A N O S D E G E N O C Í D I O E D E

R E S I S T Ê N C I A

À S F O R Ç A S D E O C U P A Ç Ã O I N D O N É S I A S

1.- Dados Gerais e Evolução política até Julho de 1975

2.- O Golpe da UDT, o Contra-Golpe e a Invasão pelas Forças da Indonésia

3.- Evolução da Situação no Território, de Dezembro de 1975 até Março de 1983

4.- As Conversações de Março de 1983, o Cessar-Fogo e o Recomeço da Guerra

(Documento de síntese e complemento de actualização ao livro:
"Timor-Leste, Mensagem aos Vivos")

Porto, 7 de Dezembro de 1983 - António P. Barbedo de Magalhães

Barbedo de Magalhães

1.- DADOS GERAIS E EVOLUÇÃO POLÍTICA ATÉ JULHO DE 1975

Com uma área de 18 899 km^2, Timor-Leste tinha, em Julho de 1975, cerca de 700 000 habitantes, um quarto dos quais católicos, aproximadamente 2 400 protestantes e apenas uns 350 muçulmanos. O restante da população praticava cultos animistas.

A seu lado a Indonésia, com aproximadamente 140 milhões de habitantes, oitenta a noventa por cento dos quais de religião islâmica, e apenas cerca de 4% de católicos, era (e é) a mais populosa nação muçulmana do globo.

Não tendo Timor sofrido a influência hindu, dominante nas principais ilhas indonésias no início da era cristã, nem a muçulmana, que se estendeu pelas mesmas por volta do século XV, quando os portugueses chegaram à ilha (entre 1512 e 1520), encontraram-na dividida em dois grupos de reinos:
- a confederação de Servião, sob hegemonia do reino de Sombay (correspondente, grosso-modo, ao futuro Timor Ocidental, que foi holandês);
- e a confederação dos Belos, sob a supremacia do reino de Behale, no Timor Oriental.

No 3º quartel do século XVI estabelecem-se frades dominicanos no território, tornando-se, assim, permanente, a presença portuguesa.

Em 1651 os holandeses tomam Kupang e começam a penetrar na metade ocidental da ilha. Em 1859 um tratado firmado entre Portugal e os Países Baixos fixa a fronteira entre o Timor Português (Timor-Leste) e o Timor Holandês (Timor Ocidental).

Em 1945 as antigas Índias Orientais Holandesas declaram a independência e tornam-se na República Indonésia, da qual faz parte o Timor Ocidental.

Entre 1945 e Junho de 1974 o Governo Indonésio sempre afirmou, na ONU e fora dela, que não tinha quaisquer reivindicações territoriais sobre o Timor Oriental.

Em Maio de 1974, isto é, pouco depois da Revolução de 25 de Abril, criam-se em Timor dois partidos com implantação popular:

- UDT (União Democrática Timorense), que começa por pretender a federação com Portugal, depois defende a independência e, mais tarde, alguns dos seus dirigentes acabam por pedir a integração do território na Indonésia;

- ASDT (Associação Social-Democrática Timorense), que em Setembro

de 1974 se transformou em FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), a qual sempre pugnou pela independência.

Sob o impulso das autoridades indonésias, foi criada também a APODETI (Associação Popular Democrática de Timor), que defendia a integração na Indonésia, mas que contava com pequeníssimo apoio popular.

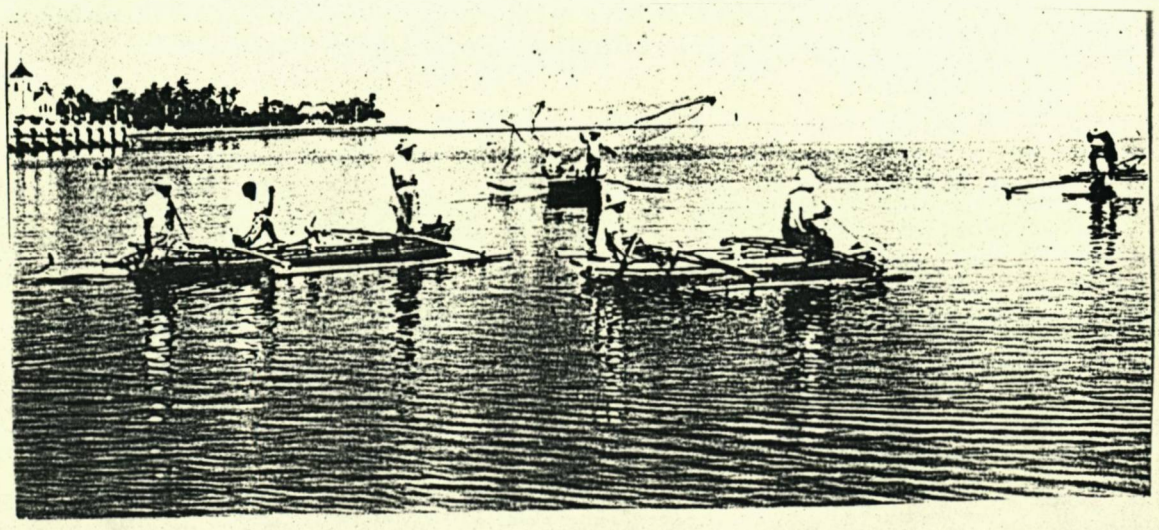
Em 1975 surgem outros pequenos partidos, também com muito pouca implantação, nomeadamente o KOTA e o Partido Trabalhista.

Em 21 de Janeiro de 1975 os dirigentes da UDT e da FRETILIN anunciam, pùblicamente, a coligação dos dois partidos, a fim de congregar esforços, com vista a uma independência a médio prazo. A Indonésia encarou com maus olhos essa coligação, como pouco depois o respectivo consul fez saber ao Governador de Timor, pois via nela um caminho efectivo para a independência, a qual poderia ser um mau exemplo para outras ilhas indonésias.

Com o desejo de dividir para reinar, e contrariando os esforços do Governador Lemos Pires, a Indonésia envia para Timor-Leste agentes secretos com o fim de extremar a Fretilin e a UDT e de pôr os dois partidos um contra o outro. Ao mesmo tempo, entre ameaças e promessas, consegue convencer os principais dirigentes da UDT a quebrar a coligação que tinham feito com a Fretilin.

Em 27 de Maio de 1975 os dirigentes da UDT recém-chegados da Indonésia declaram, unilateralmente, a ruptura da referida coligação. Era o primeiro passo de uma política desestabilizadora, consciente e sistemàticamente promovida pela Indonésia, que acabaria, uns meses mais tarde, por conduzir à guerra civil e, finalmente, à invasão.

Em Julho de 1975 estavam a decorrer em Timor, sob Governo Português, acções tendentes a uma progressiva descolonização a médio prazo, nomeadamente no campo do ensino e da administração local.



2.- O GOLPE DA UDT, O CONTRA-GOLPE E A INVASÃO PELAS FORÇAS INDONESIAS

Em 10 de Agosto de 1975 o Governador Lemos Pires empossou a 1ª Comissão Administrativa Regional (do concelho de Lautém) resultante de uma eleição. Em todo o concelho, e para os diversos orgãos a vários níveis, apenas fora eleito um membro da APODETI. O fraquíssimo apoio popular à tese integracionista começava, assim, a ser demaisado evidente. Para a Indonésia era, pois, vital impedir o prosseguimento dessas eleições, que se previa fazer, progressivamente, nos treze concelhos do território, e que, com a presença de observadores estrangeiros (quer jornalistas, quer senadores australianos quer diplomatas), estavam a demonstrar, tão claramente, o apoio popular aos partidos que pugnavam pela independência.

Na noite de 10 para 11 de Agosto os dirigentes da UDT recém-chegados da Indonésia (aonde tinham voltado a estar), desencadeiam um golpe de força e exigem, da parte do Governador Português, a prisão de dirigentes da Fretilin. O Governador tenta a via do diálogo, mas sem êxito, e estala a guerra civil no território, entre a UDT e a Fretilin, acompanhada da progressiva retirada da administração e das forças metropolitanas (algumas centenas de militares, quase todos quadros admninistrativos e técnicos das forças armadas).

A partir de fins de Agosto de 1975 a Fretilin controla quase todo o

território. Perante dificuldades no estabelecimento de negociações formais, em 28 de Novembro de 1975 a Fretilin declara unilateralmente a independência, rapidamente reconhecida por doze estados, mas não reconhecida nem por Portugal, nem pela Indonésia, nem pelas Nações Unidas.

Em 29 de Novembro os partidos opositores da Fretilin (UDT, Apodeti, Kota e Partido Trabalhista) declaram a integração de Timor na República da Indonésia (o que também não é reconhecido nem por Portugal nem pelas Nações Unidas).

A 7 de Dezembro de 1975 as Forças Indonésias tomam Dili, a capital, iniciam uma invasão massissa e sistemática, e criam um Governo Provisório, em Dili (em 17-12-75). Este, por sua vez, cria uma "Assembleia Popular Representativa", com 28 membros, nenhum deles eleito mas sim escolhidos pelas autoridades de ocupação, a qual solicitou ao Presidente Suharto a integração de Timor-Leste na Indonésia. Esta foi aceite, em 17 de Julho de 1976 pelo Parlamento Indonésio que, por unanimidade, a considerou como a 27ª província da República da Indonésia. Nessa altura a Fretilin controlava ainda cerca de 85% do território, onde vivia mais de 3/4 da população!

Entretanto a Constituição Portuguesa de Abril de 1976, tal como a revista em 1982, declara (no seu artigo 297º):

"Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor Leste".

Uma guerra impiedosa, na qual a Indonésia emprega dezenas de milhares de soldados e equipamento sofisticado, com forças de terra, mar e ar, depara com uma fortíssima resistência do Povo de Timor-Leste, organizado em torno da Fretilin, que, apesar de mal equipado e do completo bloqueio marítimo feito pela Indonésia, tem resistido e continua a resistir ao fim de oito longos anos.

É difícil saber exatamente quantas pessoas morreram já, em consequência da agressão indonésia, pois que os organismos internacionais foram impedidos, quase sempre, de entrar no território. A morte, pelas forças indonésias, de cinco jornalistas australianos em Outubro de 1975, em Balibó, perto da fronteira com o Timor Indonésio, e de mais um sexto em Dili, em dezembro do mesmo ano, veio impedir que o mundo soubesse toda a extensão da tragédia. Alguns dados que conseguiram furar o bloqueio, indicam que, de Dezembro de 1975 até Dezembro de 1982 terão morrido, víti-

mas da guerra e das fomes por ela provocadas, cerca de 200.000 a 300.000 pessoas, isto é, entre 1/4 e metade da população então existente em Timor-Leste.

3.- EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO NO TERRITÓRIO, DE DEZEMBRO DE 1975 ATÉ MARÇO DE 1983

A situação no território e a luta de resistência ao ocupante passou por muitas vicissitudes, desde a invasão de Dili, em 7 de Dezembro de 1975, até às conversações entre os comandantes-em-chefes das forças timorenses e indonésias, de 20 a 23 de Março de 1983. Simplificadamente podemos considerar três fases:

1ª fase:- De Dezembro de 1975 a meados de 1978

Atendendo à enorme superioridade bélica da Indonésia, os generais que planearam a invasão sopunham que em escassos dias controlariam completamente o território. Mas a determinação do Povo de Timor-Leste, que tinha pelo seu lado o Direito e a Justiça, junta às grandes diferenças históricas e culturais que o separavam do invasor, tornaram possível que durante perto de três anos a Fretilin controlasse cerca de 70 a 85% do território, onde vivia a grande maioria da população timorense.

À custa de muitos massacres, assassinatos, prisões e deportações,

a Indonésia conseguia controlar Dili, a costa norte e algumas das principais vilas do interior. O número de baixas, de ambos os lados, foi muito grande, sobretudo entre a população civil e os soldados indonésios. Em muitas zonas do interior, controladas pela Fretilin, a guerra pouco se fez sentir, até meados de 1978, como o atesta o testemunho do Padre Leoneto do Rego, que viveu nessas zonas até Dezembro de 1978.

2ª fase:- De meados de 1978 a fins de 1981

A partir de Setembro de 1977 a Indonésia passa a proceder a bombardeamentos sistemáticos de tudo o que seja vivo, a matar homens, mulheres e crianças, e a destruir animais e culturas, nas zonas controladas pela Fretilin.

Utilizando aviões de fabrico americano, especialmente concebidos para a luta anti-guerrilha, aviões britânicos especiais para ataques a objectivos terrestres, e helicópteros de origem francesa, empregando desfolhantes e napalm e todo o género de armas sofisticadas da moderna tecnologia militar, as forças indonésias conseguem massacrar e desalojar populações e forças da Fretilin (as Falintil), e provocar fomes generalizadas.

A partir, sobretudo, de meados de 1978, a própria Fretilin aconselha grande parte da população a entregar-se.

A morte em combate, perto de Dili, do Presidente Nicolau Lobato, em 31 de Dezembro de 1978, é um rude golpe para as forças de resistência, que atravessam um período extremamente duro e difícil.

Divididas em pequenos grupos, as Falintil passam a adoptar a tática da guerrilha. 1979 é um ano de fome e sofrimento em que, no entanto, e apesar de muito debilitada, a resistência continua activa.

Os abusos praticados pelas forças de ocupação, desde os roubos mais descarados às violações de mulheres, as torturas, os "desaparecimentos" e os assassinatos, sobretudo daqueles que sabem ler e escrever, como refere o "Relatório deste Triste Cativeiro" enviado de Timor por um missionário, e os numerosos massacres cometidos pelas tropas indonésias, alimentam a revolta entre o povo oprimido, e levam mesmo alguns dos mais fiéis servidores dos ocupantes e defensores da integração do território na Indonésia a manifestar a sua amargura. Foi o que fizeram, em Junho de 1981, alguns membros da "Assembleia Regional de Timor-Leste", em relatório dirigido ao Presidente Suharto, no qual acusam as tropas indonésias de se comportarem como "conquistadores em território conquistado", e se queixam de numerosos casos de violações, "torturas, assassinatos e casos inimagináveis".

Depois de sucessivas operações militares de grande envergadura (uma das quais chegou a chamar-se "perang terakhir" - "guerra final" ou operação decisiva") os generais indonésios lançam uma enorme ofensiva, que vai cobrir todo o território. Com efeito, a partir de Setembro de 1981, numa tentativa para eliminar definitivamente a guerrilha de Timor-Leste, as forças indonésias mobilizam a maior parte da população masculina das zonas controladas, entre os 15 e os 55 anos e, por vezes, também mulheres e crianças, a fim de constituirem uma barreira humana de protecção aos muitos milhares de soldados indonésios que, partindo de vários pontos da ilha, a vão varrer de ponta a ponta.

Numa tentativa desesperada de dominar pelo terror, e já que o apoio do povo à guerrilha leva a que o número de resistentes presos ou abatidos seja relativamente baixo, fazem sucessivos massacres em que, com a maior das barbaridades, assassinam não só homens, mas também velhos, mulheres e crianças e, inclusivé, fetos humanos que arrancam dos ventres de mulheres grávidas, que vão matando a golpes de arma branca!...

Os principais resultados dessa terrível operação, com o nome de código de "Operasi Keamanan" ("Operação Segurança"), e que se prolongou por vários meses, foram, além dos numerosos massacres, um número muito elevado de timores mortos pela fome, durante a campanha ou quando tentavam regressar às suas terras, e uma revolta ainda maior da população contra o ocupante.

Um relato bastante circunstanciado deste período horroroso e revoltante chega ao exterior por meio do "Testemunho de um Missionário".

Em 28-10-1981 esse missionário, antes de descrever um dos massacres escreve, àcerca das tropas indonésias:- "Eles vêem-se com a guerra perdida, não obstante o despilfarro e exibição de forças bélicas. Por parte do povo a rejeição é total, pois desde a primeira hora da invasão sofreu toda a espécie de desprezos. Sabem que perderam todo o apoio do povo. Desesperados, experimentam toda a escala de terror para submeter os espíritos (...)".

Alguns destes massacres são clara e frontalmente denunciados por Monsenhor Martinho Lopes, Administrador Apostólico de Dili, em homilias de missas e festas religiosas.

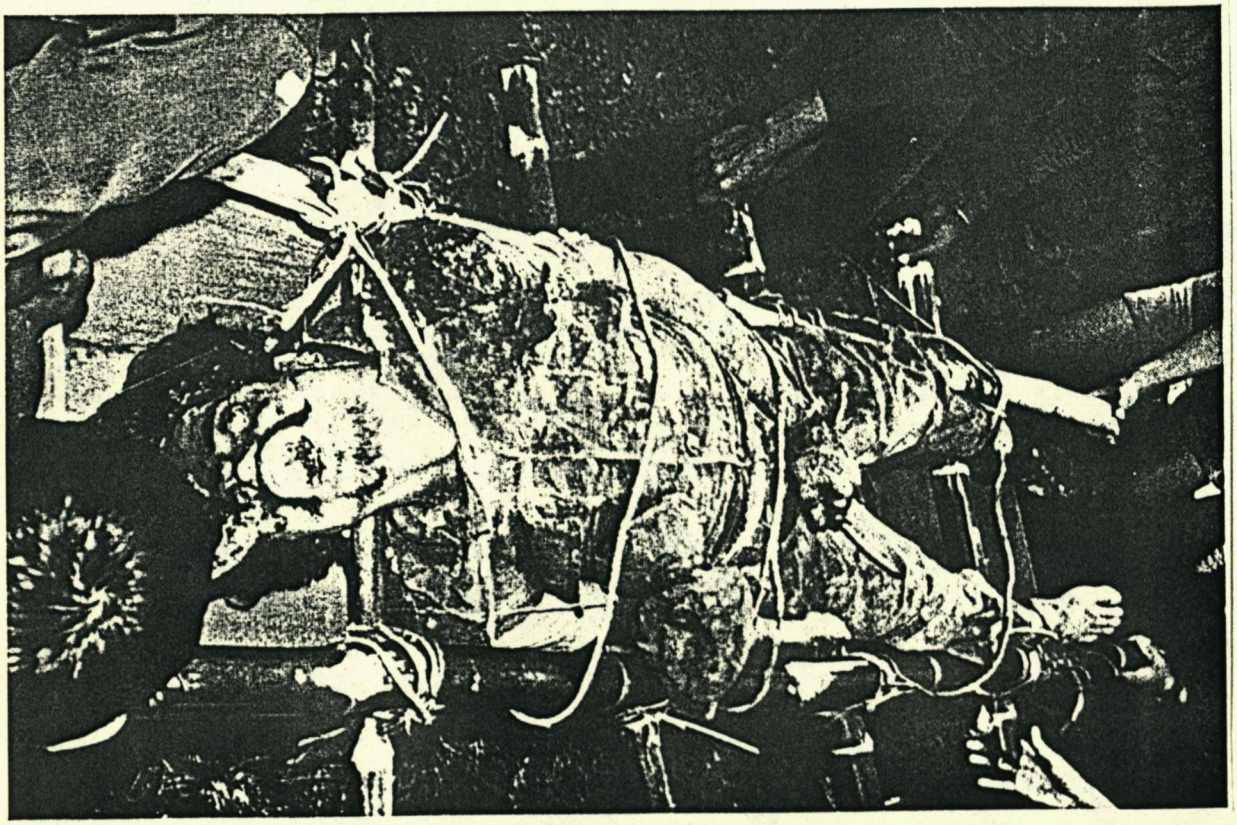
A solicitude com que a maior parte das missionárias e padres católicos acompanham os acontecimentos, e a defesa que procuram fazer do povo que pastoreiam, contra as injustiças, humilhações e massacres de que são vítimas, fazem com que muitos timorenses se acolham à protecção da Igre-

ja. Em vez das conversões ao islamismo, que o ocupante tantas vezes tentou, com promessas de comida, empregos e facilidades de toda a ordem, o que se tem verificado, nestes anos de sofrimento, tem sido um aumento apreciável do número de católicos, não só em valores absolutos mas, sobretudo, em percentagem. Hoje, possivelmente, cerca de metade ou mais da população de Timor é católica.

3ª fase:- De fins de 1981 a Março de 1983

Cansado de tanto sofrer, mas ainda mais cansado de quem o faz sofrer, o povo de Timor-Leste vai desenvolvendo a acção clandestina nos campos de concentração e nas zonas controladas pelas forças indonésias onde é obrigado a viver. Ao mesmo tempo a Fretilin, que, tal como o povo, sofreu numerosas baixas e perdeu quase todos os principais dirigentes, reestrutura-se de novo.

Assim, depois da grande campanha de 1981, as acções de guerrilha, em vez de diminuirem, passam a aumentar, num crescendo que culmina com a ocupação de cinco vilas timorenses pela Fretilin, em fins de Fevereiro de 1983, e violentos combates, na noite de 26 para 27 de Fevereiro, junto às vilas de Aileu, Same, Suai, Viqueque e Lospalos. Estas operações envolvem cerca de 2 500 guerrilheiros da Fretilin, e têm um grande efeito desmoralizador entre as tropas de ocupação.



4.- AS CONVERSAÇÕES DE MARÇO DE 1983; O CESSAR-FOGO E O RECOMEÇO DA GUERRA

4:1.- O quadro das conversações e a interpretação corrente em certos meios de comunicação social e políticos portugueses

As referidas acções dos guerrilheiros da Fretilin, contra as forças de ocupação, tiveram um tal efeito desmoralizador, no já pouco motivado exército indonésio que, em 14 de Março de 1983 o conceituado jornal australiano "The Camberra Times" encabeçava um dos seus artigos, proveniente do seu reporter em Jakarta, Gilles Bertin, com a afirmação de que a Indonésia estava a perder a guerra em Timor:- "Popular Support for Guerrillas Increasing: Indonésia Losing Fight in East Timor".

Alguns dias mais tarde, entre 20 e 23 de Março de 1983, o Coronel Purwanto, Comandante-em-Chefe das forças indonésias em Timor, e o Comandante-em Chefe das Falintil, Xanana Gusmão, estabelecem o diálogo, e acordam num cessar-fogo.

Estas conversações, realizadas a pedido dos indonésios, de acordo com instruções do seu Ministro da Defesa, General Yusuf, têm lugar numa zona controlada pela Fretilin (e não em Baucau, como os ocupantes desejavam). Sobre a tenda em que se realizaram, uma inscrição: RDTL (República Democrática de Timor-Leste). E, sobre a mesa das conversações, uma única bandeira:- a da Fretilin. Diversas fotografias e testemunhos confirmam estes factos.

Apesar de todos estes pormenores serem claras indicações da posição de força com que a Fretilin se apresentou à mesa das conversações, e apesar dos principais órgãos de comunicação social portugueses terem tido acesso, através duma conferência de imprensa e das declarações públicas de Monsenhor Martinho Lopes, às principais informações e documentos confirmativos dos factos referidos, preferiram, em certos casos, veicular as pseudo-informações produzidas pela propaganda indonésia, sugerindo que se tratava de uma rendição da Fretilin. Jornais houve que foram ao ponto de afirmar que o próprio Xanana já aceitara uma casa, um carro e um lugar de funcionário em Dili, oferecidos pelas autoridades indonésias!...

À semelhança do que vem acontecendo desde 1974, alguns dos principais responsáveis políticos portugueses parece acreditarem mais facilmente na propaganda indonésia do que nas informações doutras proveniências, nomea-

damente de fontes católicas. Aparentemente ainda não se habituaram à eficiência da contra-informação dos ocupantes, e à facilidade e descaramento com que os generais de Jakarta mentem. E, por isso, a sua política derrotista tem parecido, tantas vezes, ser decalcada das teses indonésias...

Ao fim de oito anos de ocupação de um território que, à luz do Direito Internacional, da Carta e das Resoluções das Nações Unidas e da Constituição da República, continua sob responsabilidade Portuguesa, os sucessivos governos não se têm dado ao trabalho de se informarem sériamente sobre a realidade do Povo de Timor-Leste, nem de definir e dar execução a uma política eficiente e coerente com a Dignidade Nacional, com o Direito e a Justiça, que salvaguarde os direitos humanos e políticos do Povo de Timor-Leste e defenda, a médio e longo prazo, a estabilidade da região.

Alguns desses políticos portugueses acreditaram de tal modo na tese indonésia de rendição, que muito surpreendidos ficaram quando alguém lhes disse que, caso a Indonésia não cumprisse as promessas feitas durante as conversações (e era previsivel que as não cumpriria), a guerra reacender-se-ia de novo.

De facto, e tal como afirmámos, quer em privado, em diversas reuniões, quer em público, nomeadamente em entrevistas à rádio (RDP e RR) nas quais faziamos essa triste previsão, algum tempo depois a guerra recomeçava, com o seu cortejo de prisões, deportações, assassinatos, bombardeamentos e massacres em massa...

4.2.- Porquê estas conversações, em 1983?

Aparentemente, a Indonésia contava, em 1982, que sairia derrotada qualquer moção sobre Timor que fosse apresentada na ONU. Se tal acontecesse ficaria mais á-vontade para manter a dominação no território, sem aborrecimentos no plano diplomático. Em parte graças à actuação incisiva da Comissão Eventual da Assembleia da República, que levou o Governo Português a desencadear, finalmente, uma acção diplomática relativamente intensa, ainda que tardia e mal preparada, em vez disso a Assembleia Geral da ONU acabou por aprovar mais uma resolução sobre o assunto nesse ano. Além disso, uns meses mais tarde, e pela primeira vez, é aprovada outra resolução, condenatória da Indonésia, na Comissão dos Direitos do Homem da ONU, em Genebra, em Fevereiro de 1983.

A visita do Presidente Suharto aos Estados Unidos, em Outubro de 1982 em vez de permitir melhorar a sua imagem, antes a estragou, pois os repór-

teres não se cansavam de pedir explicações sobre violações dos Direitos do Homem em Timor-Leste. Pior que tudo isto, em Março de 1983 o Partido Trabalhista Australiano ganha as eleições. Ora este partido tinha prometido, caso ganhasse as eleições, que deixaria de apoiar a política indonésia relativamente a Timor-Leste, e passaria a apoiar o direito à autodeterminação do seu povo, no quadro das Nações Unidas.

No plano internacional a Indonésia precisava, pois, de se mostrar mais flexível e dialogante, para conseguir eliminar este problema dos areópagos mundiais.

No plano interno, à desmoralização dos soldados corresponde a convicção, dalguns generais, de que a guerra não pode ser ganha militarmente. Interessava, pois, ensaiar a via do diálogo e da negociação política.

Os dirigentes indonésios ter-se-ão mostrado dispostos a conceder a Timor-Leste, uma autonomia semelhante à do seu território do Sulawesi. Salvariam, assim, a face e a unidade nacional, e até talvez pudessem promover uma "consulta popular" (mais ou menos viciada...), que calasse as bocas do mundo e permitisse dizer que o povo de Timor-Leste escolhera livremente a integração. Aos dirigentes da Fretilin que aceitassem esta solução estariam, por certo, dispostos a oferecer casa, carro, emprego e muitas coisas mais.

Se a Fretilin não aceitasse essa solução, a Indonésia recomeçaria a guerra, com toda a ferocidade, tendo colhido, entretanto, duas vantagens:

- por um lado, uma imagem exterior de abertura, susceptível de a fazer ganhar votos na ONU e de modificar as posições do Partido Trabalhista Australiano e de alguns governos que se opõem à sua política relativamente a Timor;
- por outro lado, amolecer a própria resistência ao habituá-la, durante uns meses, ao relativo conforto da paz e duma certa liberdade de movimentos.

Para a Fretilin haveria, naturalmente, desejo de acabar com uma guerra terrível, que tem dilacerado, da forma mais dolorosa, o Povo Maubere, e de encontrar uma solução negociada que permitisse, ao mesmo tempo, a concretização da independência da sua Pátria e o estabelecimento futuro de boas relações de cooperação com o seu poderoso vizinho.

Possivelmente a Fretilin estaria disposta a comprometer-se a não apoiar movimentos autonomistas noutras ilhas nem a minar, por qualquer forma que fosse, a unidade da Indonésia e a sua estabilidade interna.

A Fretilin exigia, por um lado, que a Indonésia comunicasse ao Se-

cretário Geral da ONU o início das conversações, e por outro lado, punha quatro condições para uma solução política conforme ao Direito Internacional:

1.- Retirada total e incondicional das tropas indonésias de Timor-Leste;

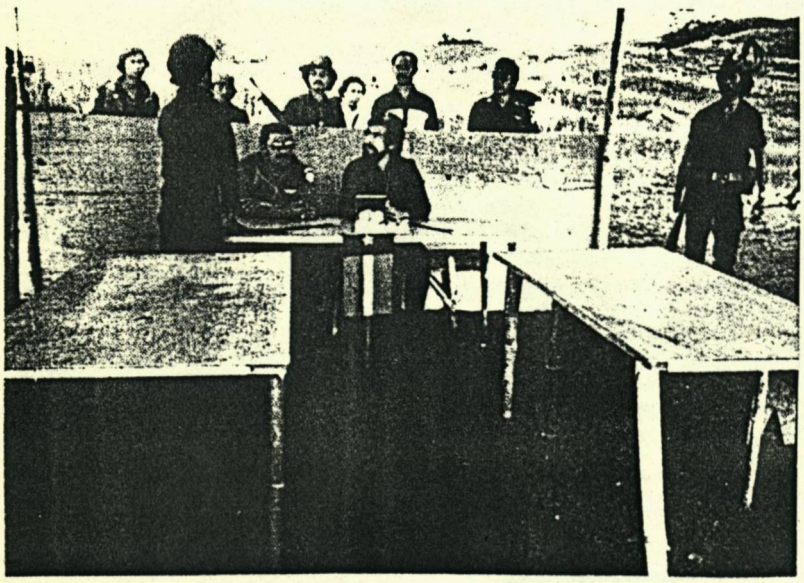
2.- Constituição de uma força multinacional, a ser colocada em Timor-Leste para supervisionar a retirada ordeira das forças armadas indonésias e garantir uma Administração Transitória;

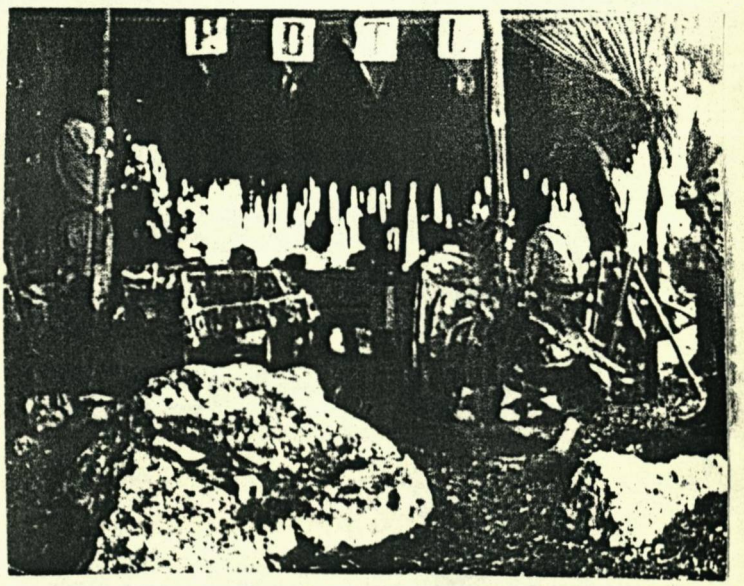
3.- Colocação das Falintil nas zonas aonde não houvesse concentração de população, a fim de permitir:

4.- A organização de consultas livres e democráticas ao Povo de Timor-Leste.

Caso as conversações não fossem àvante, a Fretilin procuraria tirar partido do cessar-fogo para fazer chegar ao exterior documentação importante sobre a sua luta, e restabelecer contactos com apoiantes fora do território. Internamente, aproveitaria a trégua para melhor estruturar a resistência e distribuir as suas forças. Pelo menos é isto o que um observador de fora pode imaginar como sendo as motivações da Fretilin.

Para que não restassem dúvidas a ninguém de que não se tratava de qualquer abdicação relativamente aos ideais independentistas, pelos quais deram a vida já tantas dezenas e mesmo centenas de milhares de timorenses, teve o cuidado de rodear as conversações com os símbolas da Pátria, tais como a inscrição de RDTL e a bandeira da Fretilin, como já referimos.





Nota:- As fotografias dos massacres e das conversações foram extraídas do livro "Fretilin Conquers the Right to Dialogue", editado pela Fretilin em Lisboa, em Julho de 1983.

4.3.- O corte das ligações ao exterior e o recomeço da guerra

Enquanto, por um lado, a Indonésia aparentava brandura e espírito de diálogo, por outro ia destruindo as ligações de Timor ao exterior, para depois poder prender, deportar, destruir e massacrar mais à-vontade.

A testemunha mais incómoda era o Administrador Apostólico, Monsenhor Martinho Lopes, a quem os timorenses chamavam de seu bispo. Ao que parece as forças indonésias terão posto a hipótese de o eliminar fisicamente, como fizeram a seis jornalistas australianos em fins de 1975. Mas o enorme prestígio que tinha junto do seu povo, e a posição que ocupava no seio da Igreja Universal, podiam provocar reacções muito fortes, mesmo que o assassinato fosse mascarado de acidente, como se chegou a temer. Melhor era fazê-lo sair de Timor pela via eclesiástica. Nisso se terá empenhado o Nuncio Apostólico em Jakarta, Monsenhor Pablo Puente, desejoso de manter e aprofundar as relações amistosas com a mais populosa nação islâmica do globo. Dessas boas relações poderia beneficiar a minoria católica e as instituições da Igreja na Indonésia.

Conhecedor dos métodos do regime instalado em Java, que não hesitou em liquidar perto de um milhão de comunistas, simpatizantes do PKI e de camponeses pobres, para se instalar e consolidar no poder, depois do golpe de estado de 1965, o Vaticano, tal como outros estados (e até altos dirigentes portugueses), parecia disposto a contemporizar com o Governo de Jakarta desde que, em contrapartida, fossem minimamente respeitados os mais elementares direitos humanos dos timorenses, e concedida uma ampla autonomia ao território maubere (ainda que no quadro da Nação Indonésia).

Mas o Povo de Timor sabe que essas promessas de ampla autonomia já foram feitas pela Indonésia à UDT, em 1975, e viu-se, depois, que não passavam de puras mentiras, para fazer a UDT desempenhar um papel desistabilizador, primeiro, e servir de cobertura à invasão e ocupação do território, depois.

Além disso, o Povo Maubere que, apesar de ser ele que sofre na carne a fome, as deportações, as violações das suas mulheres e filhas, as torturas e toda a sorte de sofrimentos e massacres, sente, cada vez mais, quão impossível é a convivência com os ocupantes, no quadro de uma pretensa integração. E por isso, o seu sentimento pátrio, forjado em séculos de história e colonização diferentes, não cessa de se acentuar.

A maior parte dos padres e dos religiosos que estão em Timor, que vivem e sofrem com o seu povo, sabem-no. E por isso não foram à cerimónia que

assinalou a entrada de Monsenhor Ximenes Belo como novo Admninistrador Apostólico da Diocese de Dili. Só dois padres lá foram. Os restantes, não só estiveram ausentes, como tiveram o cuidado de explicar, claramente, as razões dessa ausência. Não concordavam que um Pastor que vivia tão intimamente ligado às suas ovelhas, que as conhecia e procurava, a todo o custo, proteger, fosse substituido por um jovem padre, pouco experiente, que viveu os últimos anos fora de Timor, desenraizado dos seus, e que aceitara mesmo um passaporte indonésio para regressar à sua terra natal...

Com a substituição de D. Martinho Lopes estava eliminada uma das principais fontes de informação para o exterior. Assim terão pensado as autoridades de Jakarta, pois dele provinham alguns dos relatórios mais completos e rigorosos que conseguiam furar a negra cortina de silêncio que, desde Dezembro de 1975, a Indonésia fez abater sobre Timor.

Como se isso não bastasse, as forças de ocupação criaram tais dificuldades à minúscula delegação da Cruz Vermelha Internacional, que esta se viu obrigada a retirar do território.

Com o reenvio para Dili de alguns estudantes timores que estavam em Jakarta, com a prisão de alguns desses estudantes e doutras pessoas minimamente cultas, era o silêncio total que as autoridades indonésias queriam impôr.

Mas nem assim o conseguiram. O próprio Monsenhor Ximenes Belo, perante a crueza da realidade, não pôde calar-se. E, apesar do completo bloqueio da ilha, algumas notícias conseguem chegar ao exterior, anunciando o massacre completo de duas aldeias pelo exército indonésio, e referindo os protestos que terá feito o novo Administrador Apostólico pela forma como até as Igrejas têm sido objecto de buscas policiais e os padres sujeitos a ameaças. Uma vez retirado D. Martinho Lopes, os ocupantes sentem-se mais à vontade para silenciar, ou mesmo expulsar, outros padres católicos...

Enquanto a Indonésia envia cerca de 50 000 novos soldados para Timor, a Resistência Maubere põe fora de combate uma companhia de tropas de elite, comandada pelo genro de Suharto e candidato à sua sucessão, o major Prabowo, que é gravemente ferido numa acção junto de Dili... É a guerra, dura para ambas as partes, apesar da enorme desproporção de forças!...

Perante a monstruosa desumanidade dos métodos empregues pelos ocupantes indonésios e o silêncio de tantos responsáveis, é caso para perguntar:

Será preciso que o genocídio do Povo de Timor-Leste seja completo, para que os dirigentes das nações e os chefes políticos e religiosos acordem para este drama?

Quando será que as razões de humanidade se sobreporão aos argumentos da geografia e da força bruta?

Até quando iremos deixar calcar a Justiça, o Direito Internacional, a Dignidade Nacional... a nossa própria consciência, para não incomodar os poderosos e não pôr em causa os seus"impérios"?

Os políticos que parecem insensíveis aos gritos de dôr dos mauberes, das biberes e das crianças de Timor-Leste, não serão ao menos capazes de constatar a força e a determinação deste povo oprimido?

Sem pretender atirar pedras a ninguém, procurando compreender as razões dos homens de estado, e até mesmo as dos generais e políticos indonésios, é tempo de dizer:- Basta!

Ao fim de oito anos de guerra, e antes que o genocídio seja completo, é tempo de quebrar com os silêncios cúmplices, de acabar com as políticas mornas e ineficases, e de lutar pelo Direito e pela Justiça que assiste a um Povo relativamente ao qual Portugal continua a ter a maior responsabilidade.

É tempo de Esperança!